



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 051/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

**1- Processo TCE nº 3053/2007 – 24 volumes.**

**Apensos:** Processos nºs. 6464/2009 – 2 volumes; 5664/2009 – 2 volumes; 884/2011 – 5 volumes.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Parintins.

**4- Exercício:** 2006.

**5- Responsável:** Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia, Prefeito Municipal.

**6- Unidade Técnica:** Informação nº 536/2015-DICAMI (fls. 4633/4636).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1315/2015 (fls.4637/4638), do Procurador de Contas Ademir Carvalho Pinheiro.

**8- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Prefeitura Municipal de Parintins. Exercício de 2006.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria, o voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator Mário José de Moraes Costa Filho, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, em divergência, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:**

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando a **APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS** do Prefeito Municipal de Parintins, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do **Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia**, nos termos do art. 31, parágrafos 1.º e 2.º da CF/88, c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 e art. 1.º, inciso I e art. 29 da Lei n.º 2423/96.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 051/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

**10- Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 30 de setembro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário Manoel Coelho de Mello, e Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Conselheiro Convocado e Redator

**JULIO CABRAL**

Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira

**MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO**

Conselheiro

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

**ACÓRDÃO Nº 051/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 051/2015)**

**1- Processo TCE nº 3053/2007 – 24 volumes.**

**Apensos:** Processos nºs. 6464/2009 – 2 volumes; 5664/2009 – 2 volumes; 884/2011 – 5 volumes.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Parintins.

**4- Exercício:** 2006.

**5- Responsável:** Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia, Prefeito Municipal.

**6- Unidade Técnica:** Informação nº 536/2015-DICAMI (fls. 4633/4636).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1315/2015 (fls.4637/4638), do Procurador de Contas Ademir Carvalho Pinheiro.

**8- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Prefeitura Municipal de Parintins. Exercício de 2006.

*Contas regulares com ressalvas. Multa.  
Determinação à origem. Ciência ao responsável.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria, nos termos do voto-vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator Mário José de Moraes Costa Filho, em divergência, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:**

**9.1- JULGAR, REGULAR COM RESSALVAS,** a Prestação de Contas do **Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia**, responsável pela Prefeitura Municipal de Parintins durante o exercício de 2006;

**9.2 - MULTAR o Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia** em R\$ 3.226,70 (três mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta centavos) com fulcro no art. 2º, I, “c”, da Resolução nº 1/2009 – TCE/AM, em razão da remessa intempestiva de dados referentes às competências de janeiro a dezembro de 2006 por meio do sistema ACP:

**9.3 – FIXAR** prazo de 30 (trinta) dias para que o interessado recolha aos cofres estaduais o valor pertinente à sanção aplicada;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 051/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 051/2015)**

**9.4 – AUTORIZAR**, desde já, instauração de cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores da condenação conforme preceituado pelo art. 73 da Lei n.º 2.423/96 e artigos 169, II, 173 e 308, § 6º, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM;

**9.5 - DETERMINAR**, com fundamento nas disposições do art. 24 da Lei n.º 2.423/96, à origem que observe com maior rigor:

- a) A Lei n.º 2.423/96 (encaminhamento da prestação de contas anuais tempestivamente);
- b) A Resolução n.º 10/12-TCE/AM (remessa tempestiva de dados por meio de sistema eletrônico e alimentação correta de informações).

**9.6 – NOTIFICAR** o interessado, **Sr. Frank Luiz da Cunha Garcia**, acerca do desfecho dado a estes autos.

***Vencidos: O Conselheiro Érico Xavier desterro e Silva, Relator dos autos, que votou pela emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas, julgadas irregulares, considerando em alcance o responsável e aplicando-lhe multas e recomendações. Os Conselheiros Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Mario Manoel Coelho de Mello, que votaram pela inaplicabilidade de multa pelo atraso do ACP.***

**10- Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 30 de setembro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário Manoel Coelho de Mello, e Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Conselheiro Convocado e Redator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral